

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019

MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA

TIPO DE JULGAMENTO: menor preço global

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA – VARRIÇÃO, DAS RUAS E PASSEIOS DA PRAÇA CENTRAL.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que **às 9h do dia 08 de maio de 2019**, no Centro Administrativo – Divisão de Licitações, localizado na Prefeitura Municipal de Candelária – Av. Pereira Rêgo, nº 1665, fundos, sala 08, se reunirá com a finalidade de receber propostas para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA – VARRIÇÃO, DAS RUAS E PASSEIOS DA PRAÇA CENTRAL**.

Poderão participar as empresa do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de Candelária, ou que apresentarem toda a documentação, necessária para o cadastro (item 15) até o terceiro dia anterior ao afixado para o recebimento dos envelopes de habilitação e proposta.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação, a contratação de empresa para realizar a limpeza pública – varrição, das ruas e passeios da praça central, conforme especificado abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
01	12	MÊS	PRESTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA – VARRIÇÃO, DAS RUAS E PASSEIOS DA PRAÇA CENTRAL, CONFORME PROJETO BÁSICO (ANEXO IV).

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES



2.1.1. Os documentos necessários para a habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitações no dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital, em dois envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como o nº 1 e nº 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/19
ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/19
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

2.2. Não poderão participar desta licitação as empresas que, a partir da habilitação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, tenha em seu quadro societário ou, venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros vinculados à Prefeitura Municipal de Candelária/RS.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1. Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope n.º 01:

a) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02.

b) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

3.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual; ou
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou



c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional);
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.1.3. REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

3.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

OBSERVAÇÕES:

3.2. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

3.2.1. As cooperativas que tenham auferido no ano calendário, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no artigo 34, de Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.



3.3. O licitante que atender o item 3.2 e possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item **3.1.2** deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.4. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.5. O prazo de que trata o item 3.3 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido por escrito pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.6. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.3, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.7. Os documentos que não indicarem seu prazo de validade deverão ser expedidos com até 90 dias de antecedência da data designada para o recebimento de documentos e propostas.

3.8. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

4. DA PROPOSTA

4.1. O envelope nº 2 deverá conter:

4.1.1. Proposta financeira, rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o valor global mensal, onde deverão estar incluídos todos os custos necessários para a execução dos serviços.

4.1.2. Planilha de quantitativos e custos unitários, conforme Planilha de Composição de Custos (ANEXO V);

4.1.3. Indicação de preposto para representá-la na execução do presente contrato.

OBSERVAÇÕES:

4.2. Não serão aceitas propostas cujos valores sejam cotados com mais de duas casas decimais após a vírgula.

4.3. Não será aceito pedido de faturamento para terceiros.

4.4. Não serão consideradas as propostas cujas condições estejam em desacordo com o solicitado no edital.



4.5. A proposta deverá ter validade de 60 dias a contar da data de abertura da Tomada de Preços.

4.6. Quaisquer inserções na proposta, que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão legal no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

4.7. APÓS A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, NÃO SERÁ ACATADO QUALQUER PEDIDO DE CANCELAMENTO DE ITEM, SEJA POR MEIO DE E-MAIL, FAX, OU QUALQUER OUTRO MEIO, COM JUSTIFICATIVA QUE HOUVE ERRO DE DIGITAÇÃO.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. Esta licitação é do tipo *menor preço* e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o menor preço global mensal, para a execução dos serviços licitados.

5.2. Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho, serão acrescidos 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município, deduzidos os valores, expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos a serem utilizados nos serviços.

5.2.1. Os valores de dedução acima indicada, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados nos serviços, deverão fazer parte do contrato e comprovadas, no momento da liquidação da fatura, por documento fiscal.

5.3. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

6. CRITÉRIO DE DESEMPATE

6.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (que atenderem aos requisitos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007), que comprovarem tal condição na forma estabelecida neste edital.

6.1.1. Entende-se como empate ficto, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais (empate real) ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor (empate ficto).

6.1.2. A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.



6.2. Ocorrendo o empate, na forma do item 6.1.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/2006, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea a deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado o sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

6.3. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.2, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.4. O disposto no item 6.1 a 6.3 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 3.5.5 e 3.5.6).

6.5. Permanecendo o empate após a aplicação do disposto no item 6.2, será realizado sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

7. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Somente serão aceitas as propostas cujo preço ofertado não seja superior ao da Planilha de Composição de Custos (ANEXO V).

7.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como os preços serem superestimados ou inexequíveis.

8 – DOS RECURSOS

8.1. Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas no art. 109 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

9 – DOS PRAZOS

9.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor, para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.



9.2. O prazo de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo do item 9.1.

9.3. Se dentro do prazo, o 1º colocado não assinar o contrato, será convocada a empresa proponente que obteve a 2ª colocação, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, no mesmo momento a Administração notificará a empresa que não assinou o contrato, para que apresente as justificativas da desistência, julgando-as aceitas ou não para fins de aplicação das devidas sanções, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

9.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, contados do dia seguinte de sua assinatura, podendo ser prorrogado, até o limite legal.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A contratada deverá executar fielmente os serviços de acordo com o Projeto Básico – ANEXO IV.

10.2. Indicar preposto para representá-la na execução do presente contrato;

10.3. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

10.4. Apresentar, mensalmente, cópia das guias de recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

10.5. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo àquela fornecer-lhes equipamentos de proteção individual (EPI) e crachá de identificação contendo o nome e função do empregado;

10.6. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;

10.7. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;

10.8. Manter, durante toda a execução do presente contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.



11. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

11.1. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços executados, em conformidade com a Cláusula Segunda;

11.2. Determinar as providências necessárias quando os serviços não estiverem sendo realizados na forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;

11.3. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços objeto desse contrato.

11.3.1. O responsável pelo acompanhamento e fiscalização será o servidor Roberto de Monte Baccar Pilz, Engenheiro Ambiental.

12 – DAS PENALIDADES

12.1. Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

12.2. Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.3. Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

13 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º dia do mês, mediante apresentação dos seguintes documentos:

13.1.1. Nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor que deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da licitação, número da nota de empenho e dados bancários atualizados, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

13.1.2. Guia de recolhimento das contribuições dos encargos trabalhistas e previdenciários relativa aos empregados na prestação dos serviços.

13.2. Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.



14. REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO

14.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

14.2. No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12(doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

15 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Os gastos da presente licitação correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias e Extra-Orçamentárias: 09 003 2084 3339039 vinc 001.

15 – DO CADASTRO DE FORNECEDORES

15.1. Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de Candelária, ou que apresentarem toda a documentação necessária para o cadastro até o terceiro dia anterior ao fixado para o recebimento dos envelopes.

15.2. Os documentos necessários para o cadastro são:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento de eleição de seus administradores com respectivo mandato; registro comercial, no caso de empresa individual.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal.

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal.

e) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (INSS, FGTS).

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011.

g) Balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da Lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.



g.1) é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

g.2) licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

h) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.

i) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

j) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

15.3. Os interessados que já têm cadastro nesta Prefeitura, devem atualizar o mesmo, no prazo do item 15.1.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

16.2. Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais.

16.3. Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

16.4. Não serão admitidas por qualquer outro motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

16.5. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados ou membros da Comissão Julgadora.

OBSERVAÇÃO: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da lei 8.666/93).

16.6. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativo à habilitação, não serão admitidos à licitação licitantes retardatários.

16.7. Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja,



o mural do Município e o [site www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br) de acordo com a Lei nº842 de 10 de maio de 2013.

16.8. Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.9. Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da Administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

16.10. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

16.11. A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

16.12. Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

16.13. Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99;

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar;

Anexo III – Minuta do contrato;

Anexo IV – Projeto Básico;

Anexo V – Planilha Orçamentária;

Anexo VI - Mapa.

16.14. Quaisquer informações decorrentes de interpretação do Edital deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Candelária, na Divisão de Licitações, sito na Avenida Pereira Rego, nº 1665, sala 08, ou pelos e-mails licitacoes@candelaria.rs.gov.br e licitacoes2@candelaria.rs.gov.br, no horário de expediente, das 8h às 11h 30min e das 13h 30 min às 17h, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

16.15. Cópias do edital poderão ser obtidas através do [site www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br).

Candelária, 09 de abril de 2019.



PAULO ROBERTO BUTZGE

Prefeito Municipal

DIONATAN TAVARES DA SILVA

Secretário Municipal da Administração

Este Edital de Tomada de Preços nº 03/2019

foi revisado em 12 de abril, e está de acordo com a legislação,
ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda
da análise jurídica.

TANAELA ELLWANGER MULLER

Subprocuradora do Município

OAB/RS Nº 86.371

FRANCIÉLE SCHRÖDER

Procuradora-Geral do Município

OAB/RS Nº 95.508



ANEXO I

MODELO: EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da(modalidade da licitação) nºque a empresanão foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

.....
(data)

.....
(nome)



ANEXO III

CONTRATO Nº/2019 – MINUTA

Contrato de Prestação de Serviços, que celebram entre si, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** e a empresa _____, para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA – VARRIÇÃO, DAS RUAS E PASSEIOS DA PRAÇA CENTRAL** referente à Tomada de Preços nº 03/2019.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ Nº 87.568.911/0001-06, com sede na Av. Pereira Rego, 1665, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **Sr. PAULO ROBERTO BUTZGE**, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, CNPJ nº _____, situada na _____, em _____, neste ato representada _____, portador do CPF nº _____, doravante denominada, simplesmente **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato com base no Processo Licitatório Tomada de Preços nº 03/2019, Lei nº 8.666/93 e nos termos e cláusulas a seguir descritas:

DO OBJETO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Pelo presente contrato, a Contratada se obriga a realizar os serviços abaixo especificados:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNIT
01	12	MÊS	PRESTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA – VARRIÇÃO, DAS RUAS E PASSEIOS DA PRAÇA CENTRAL, CONFORME PROJETO BÁSICO (ANEXO IV).	

DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA fará jus ao valor mensal de R\$ _____ (_____).

Parágrafo Único: O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º dia do mês, mediante apresentação dos seguintes documentos:



I - Nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor que deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da licitação, número da nota de empenho e dados bancários atualizados, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

II - Guia de recolhimento das contribuições dos encargos trabalhistas e previdenciários relativa aos empregados na prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – Conforme o art. 40, XIV, alínea “c”, da Lei nº 8.666.93, a atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento, se dará através da aplicação do IGPM.

CLÁUSULA QUARTA: Serão processadas as retenções previdenciárias e tributárias nos termos das leis que regulam a matéria.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

CLÁUSULA QUINTA - A CONTRATADA deverá:

I - a contratada deverá executar fielmente os serviços de acordo com o Projeto Básico em anexo;

II - indicar preposto para representá-la na execução do presente contrato;

III - responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

IV - apresentar, mensalmente, cópia das guias de recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

V - zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo àquela fornecer-lhes equipamentos de proteção individual (EPI) e crachá de identificação contendo o nome e função do empregado;

VI - responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;

VII - reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;

VIII - manter, durante toda a execução do presente contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:



CLÁUSULA SEXTA – A CONTRATANTE deverá:

I - efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços executados, em conformidade com a Cláusula Segunda;

II – determinar as providências necessárias quando os serviços não estiverem sendo realizados na forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;

III - designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços objeto desse contrato.

a) o responsável pelo acompanhamento e fiscalização será o servidor Roberto de Monte Baccar Pilz, Engenheiro Ambiental.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

CLÁUSULA SÉTIMA – O pagamento previsto na Cláusula Segunda será consignado no Orçamento vigente sob as seguintes rubricas: 09 003 2084 3339039 vinc 001.

DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES:

CLÁUSULA OITAVA: Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, demonstrado pelo descumprimento do objeto, lhe será(o) aplicada(s), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, do ressarcimento de eventuais perdas e danos, e da responsabilidade criminal, a multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

CLÁUSULA NONA- O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a respectiva aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, quais sejam:

Parágrafo Primeiro: Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

Parágrafo Segundo: Multa equivalente a 5% (cinco por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Terceiro: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.



Parágrafo Quarto: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na prestação do serviço o contratado disporá de um prazo de 3 (três) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar do dia seguinte de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação até o limite legal.

Parágrafo Único: No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

DOS ANEXOS:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Fazem parte integrante desse contrato, independente de reprodução, a proposta apresentada pela Contratada, bem como a Tomada de Preços 03/2019 e seus anexos.

DO FORO:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Quaisquer dúvidas, que em razão do Contrato venham a surgir entre as partes contratantes, serão dirimidas pelo Foro desta Comarca de Candelária.

E, por estarem de perfeito e comum acordo, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma perante duas testemunhas.

Candelária,de de 2019.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

.....
Contratada



TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Ass.:

Nome:

RG:

Ass.:



ANEXO IV

PROJETO BÁSICO – MEMORIAL DESCRITIVO

1. CONSIDERAÇÕES

1.1. DADOS GERAIS

PROJETO: Serviços de Limpeza Pública - Varrição

LOCAL: Conforme mapa anexo

CIDADE: Candelária – RS

1.2. FINALIDADE

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade estabelecer os serviços de interesse da contratante, fixando métodos a serem empregados em sua execução com vistas à terceirização de tais.

Caracterizam-se como serviços de interesse da contratante, a limpeza das ruas e do passeio da praça, assim como da retirada de possíveis materiais encontrados em desarmonia no leito da rua, canteiros e passeios públicos bem como a execução de limpeza das lixeiras.

2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1. VARRIÇÃO DAS RUAS E PASSEIOS DA PRAÇA

Serão executadas no leito da rua e passeios da praça, através da utilização de vassouras e auxílio de pá para recolhimento dos resíduos. Estes deverão ser dispostos em sacos de lixo plásticos, acondicionados dentro de carrinhos específicos para tal finalidade.

Os resíduos varridos deverão ser separados conforme a tipologia, recicláveis ou rejeito, ilustrada no quadro a seguir:

Quadro 01 – Classificação de resíduos recicláveis e rejeito.

Resíduos Recicláveis	Resíduos Rejeito
<ul style="list-style-type: none">• Papel/papelão (jornais, folhas de escritório, caixas de papelão, revistas, cadernos);<ul style="list-style-type: none">• Embalagens Tetra Pack;• Plástico: PET (garrafas de refrigerantes, água, sucos), sacolas, embalagens de material de limpeza, utensílios e talheres plásticos, embalagens de iogurte, recipientes diversos;• Metais: alumínio (latas de refrigerantes, cervejas, alimentos em conserva, antitranspirante), sucata (metais em geral, canos, pregos, parafusos, painéis, latas de conservas), cobre;<ul style="list-style-type: none">• Isopor;• Vidros de embalagens (bebidas, alimentos e conserva);	<ul style="list-style-type: none">• Material Orgânico (cascas de frutas e legumes, folhas e restos de comida, cascas de ovos, sementes, ossos, erva-mate);<ul style="list-style-type: none">• Material Rejeito: sujidades de varrição (pó, poeira...), material de higiene pessoal, bitucas de cigarro, embalagens metalizadas (bombom), esponjas usadas, plástico-filme de embalagens.



A destinação final dos resíduos da varrição será de responsabilidade da contratada, devendo esta disponibilizá-los em sacolas plásticas fechadas, separando-os em recicláveis e rejeito, e dispondo em via pública para coleta convencional e seletiva.

Todo material e pessoal necessário para a realização do serviço será de responsabilidade da empresa contratada.

A frequência deste serviço será de acordo com especificação no mapa em anexo.

2.2. RETIRADA DE OBJETOS SOLTOS

Deverá ser efetuado o recolhimento de todos os objetos soltos, de pequenas dimensões, existentes no leito da rua, canteiros e passeios públicos.

Entende-se como objetos soltos, os resíduos diversos de pequenas dimensões, tais como: plásticos, vidros, papeis, madeiras, folhas, etc.

Estes deverão ser dispostos em sacos de lixo plásticos, observando a separação dos resíduos conforme a tipologia.

Os resíduos da construção civil, das podas, da limpeza de valas ou boca de lobo, não serão considerados como objetos soltos. Logo, não serão de responsabilidade da empresa contratada.

A frequência deste serviço será de acordo com especificação no mapa em anexo.

2.3. LIMPEZA DE LIXEIRAS

Deverá ser realizado transbordo do material contido nas lixeiras para os sacos de lixo plásticos, juntamente com os resíduos de varrição das ruas e passeios da praça, cabendo assim, a mesma destinação final destes, conforme item 2.1 deste memorial.

O serviço remete às lixeiras públicas existentes sobre o passeio. A frequência deste será de acordo com especificação no mapa em anexo.

3. LOCAIS QUE ENGLOBAM O SERVIÇO DA CONTRATADA

Os serviços acima descritos deverão ser realizados nos seguintes locais diariamente:

1º - Avenida Pereira Rêgo, tendo o seu início junto a Rua Borges de Medeiros, até a confluência com a Rua Arno Schwantes;

2º - Avenida Marechal Deodoro, tendo seu início junto à Rua Borges de Medeiros, até a confluência da Rua Thompson Flores;

3º - Avenida Julio de Castilhos, tendo seu início junto à Rua Borges de Medeiros, até a confluência da Rua Thompson Flores;

4º - Rua Borges de Medeiros, entre a Avenida Marechal Deodoro e Avenida Julio de Castilhos;

5º - Rua Pinheiro Machado, entre as Avenidas Marechal Deodoro e Júlio de Castilhos;

6º - Rua Botucaraí, entre as Avenidas Marechal Deodoro e Júlio de Castilhos;



7º - Rua 15 de Novembro, entre as Avenidas Marechal Deodoro e Júlio de Castilhos;
8º - Rua Andrade Neves, entre as Avenidas Marechal Deodoro e Júlio de Castilhos;
9º - Rua 07 de Setembro, entre as Avenidas Marechal Deodoro e Júlio de Castilhos;
10º - Rua Bento Gonçalves, entre as Avenidas Marechal Deodoro e Júlio de Castilhos;
11º - Rua 07 de Julho, entre as Avenidas Marechal Deodoro e Júlio de Castilhos;
12º - Rua Thompson Flores, entre as Avenidas Marechal Deodoro e Júlio de Castilhos;
13º - Rua General Osório, entre a Avenida Pereira Rêgo e Rua Lopes Trovão;
14º - Rua Martim Lutero, entre as Ruas Andrade Neves e Sete de Setembro e Praça Alberto Blanchardt da Silveira (incluindo as Ruas Internas).

Os serviços acima descritos deverão ser realizados nos seguintes locais **segundas-feiras e quartas-feiras:**

1º - Avenida Getúlio Vargas, tendo seu início junto à confluência da RS 287, no Pórtico de entrada da cidade, perfazendo a bifurcação com término de uma via no início da Avenida Pereira Rêgo e término da outra via no início da Avenida Júlio de Castilhos;

2º - Avenida Júlio de Castilhos, tendo seu início no término da Avenida Getúlio Vargas, até a confluência da Rua Borges de Medeiros;

3º - Avenida Pereira Rêgo, tendo o seu início junto no término da Avenida Getúlio Vargas, até a confluência com a Rua Borges de Medeiros;

4º - Rua Borges de Medeiros, entre a Rua Benjamin Constant e Avenida Júlio de Castilhos;

5º - Avenida Marechal Deodoro, entre as Ruas Thompson Flores e General Osório;

6º - Rua General Osório, entre a Rua Lopes Trovão e Avenida Marechal Deodoro;

7º - Rua 25 de Agosto, entre a Rua 24 de Maio e a Avenida Marechal Deodoro.

Os serviços acima descritos deverão ser realizados nos seguintes locais **aos sábados:**

1º - Avenida Marechal Deodoro, entre as Ruas Borges de Medeiros e Gaspar Silveira Martins;

2º - Rua Botucaraí, entre Avenida Marechal Deodoro e Rua Borges de Medeiros.

4. FREQUÊNCIA DO SERVIÇO DA CONTRATADA



Os serviços deverão ser executados em todos os locais especificados no item 3 deste memorial e demarcados no mapa em anexo.

Estes deverão ser prestados de acordo com a frequência especificada no mapa em anexo.

Aos locais que remetem limpeza diária, incluem-se domingos e feriados, cabendo assim à contratada estabelecer as equipes de trabalho de tal forma que os direitos trabalhistas dos seus funcionários sejam respeitados.

Aos locais que remetem limpeza segundas-feiras, quartas-feiras e sábados, incluem-se feriados que ocorrem nestas datas.

O número de funcionários para realização dos serviços deverá ser de no mínimo 6 funcionários com base na produção média de 600 metros/hora de sarjeta varrida por trabalhador.

Os serviços prestados abrangem os dois lados das vias e todos os passeios da praça central. Estes remetem à execução da limpeza que perfaça uma vez ao dia o percurso especificado em anexo.

5. PERÍODO DE VIGÊNCIA

A duração do contrato será de um ano, podendo ser prorrogado.

Candelária, RS, 07 de março de 2019.

ROBERTO DE MONTE BACCAR PILZ

Engenheiro Ambiental

ALBINO OTO GEWEHR

Diretor do Departamento de Meio Ambiente
e Desenvolvimento Rural

MARCO TREICHEL

Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca



ANEXO V

Planilha de Orçamento Global VARRIÇÃO PERÍMETRO URBANO

1. Mão-de-obra

1.1. Varredor de rua, Gari, Varredor - Limpeza Urbana

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	R\$1.104,71	R\$1.104,71	
Horas Extras (100%)	hora		R\$10,04	R\$0,00	
Horas Extras (50%)	hora		R\$7,53	R\$0,00	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		R\$0,00	R\$0,00	
Adicional de Insalubridade	%	40	R\$954,00	R\$381,60	
Soma				R\$1.486,31	
Encargos Sociais	%	74,95	R\$1.486,31	R\$1.113,99	
Total por Coletor				R\$2.600,30	
Total do Efetivo	homem	6	R\$2.600,30	R\$15.601,80	
			Fator de utilização	R\$1,00	R\$15.601,80

Piso da categoria conforme Convenção Coletiva dos Trabalhadores em Serviços de Asseio, Conservação, Limpeza, Zeladoria, Serviços e Jardínagens de Santa Cruz do Sul e Região. Circular Informativa nº 01/2019.

2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

2.1. Uniformes e EPIs para Coletor

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade	4		R\$0,00	
Calça	unidade	2	R\$35,00	R\$17,50	
Camiseta	unidade	2	R\$16,00	R\$8,00	
Boné	unidade	2	R\$10,90	R\$5,45	
Botina de segurança	par	2	R\$35,00	R\$17,50	
Meia de algodão com cano alto	par	2	R\$5,00	R\$2,50	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	2	R\$25,00	R\$12,50	
Colete reflexivo	unidade	2		R\$0,00	
Luva de proteção	par	1	R\$15,00	R\$15,00	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	1	R\$15,00	R\$15,00	
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal			R\$0,00	





Total do Efetivo	homem	6	R\$93,45	R\$560,70	
			Fator de utilização	R\$1,00	R\$560,70
4. Ferramentas e Materiais de Consumo					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Sacolas plásticas 100 litros	unidade	1	R\$38,74	R\$38,74	
Pá de Concha	unidade	1/6	R\$17,00	R\$2,83	
Vassoura	unidade	1/3	R\$20,00	R\$6,67	
Carrinho coletor 100 litros	unidade	1/12	R\$360,00	R\$30,00	
			Fator de utilização	R\$1,00	R\$79,24
				Subtotal	R\$16.241,73
5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	10,00	R\$16.241,73	R\$1.624,17	
					R\$1.624,17
PREÇO MENSAL TOTAL (R\$/mês)					R\$17.865,91